

28 MAI 1985

JORNAL DO BRASIL

Assu Constituinte provoca dúvidas

Brasília — “A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte através de emenda constitucional apresentada pelo Legislativo ou Executivo é inviável técnica e doutrinariamente. É o que garante um estudo feito pela assessoria técnica do PFL, desde ontem em poder de seu líder, José Lourenço que, à noite, concordava com o parecer emitido pelo assessor Henrique Hargrives:

“Qualquer que seja a forma de convocação de uma Constituinte, isto configura um golpe de estado. A atual Constituição não prevê a sua autodestruição. A convocação de uma Constituinte significa a queda da Constituição em vigor.”

Qual a alternativa? O líder do PFL, ao lado de Hargrives, responde: “É possível uma ampla reforma constitucional, mas não a convocação da Constituinte”. Se a emenda vier do Executivo, Hargrives pondera que “tecnicamente se dará o mesmo caso, a não ser que se apele para um ato institucional”.

O líder do PTB, Deputado Gastone Righi — autor da emenda que convoca a Constituinte e que será votada pelo Congresso no dia 12 de junho — e as demais lideranças, não tinham conhecimento do estudo encomendado pelo PFL. Só às 16h30min de hoje eles terão reunião para discutir o assunto. Righi reafirma que retirará sua emenda se ela for substituída por um documento de consenso partindo do Legislativo.

— Pareçe-me que estão é com medo de uma Constituinte — comentou Righi, protestando: — Agora falam em uma enorme comissão de 50 juristas para elaborar um anteprojeto. Eu imagino que este anteprojeto, com uma bela campanha atrás de si, poderá

soar como uma coisa consensual. Não vamos aceitar isto. Queremos a participação do Legislativo.

O líder do Governo, Pimenta da Veiga, entretanto, foi reticente. Disse que “existem alternativas”, mas não revelou quais são. Informou que está prevista uma “ação conjunta do Legislativo e do Executivo”.

O líder do PFL, José Lourenço, insiste em que a atual Constituição impõe um sério risco à convocação da Constituinte e um parlamentar do PFL ressalta que nisso reside justamente o dilema do Governo em encaminhar o assunto.

O Deputado João Gilberto, relator da Comissão Interpartidária para a reforma eleitoral, comentou à noite: “A discussão nem é nova, mas é evidente que se estamos convocando uma Constituinte é para negar esta Constituição que temos”. Ele aponta algumas alternativas em debate:

— “A convocação de um plebiscito onde o povo poderia dar poderes constituintes ao Congresso que estiver elegendo em 86, o que eu acho o melhor caminho; a convocação, através de um ato institucional aprovado por dois-terços do Congresso; ou uma convocação feita em conjunto pelos três poderes”.

O presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, devolveu as críticas da Ordem dos Advogados do Brasil ao Governo, quanto à formação da comissão que iria elaborar estudos da Constituição, que a OAB acusa de “elitista”: “Não será menos que a própria OAB, que também tem seu anteprojeto” — disse Ulysses.

Leia editorial Choque Frontal
